



PESQUISAS COM FOCO EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO: PARADIGMAS E PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS

RESEARCH WITH FOCUS ON PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE ACADEMY OF MANAGEMENT: PARADIGMS AND EPISTEMOLOGICAL PERSPECTIVES

INVESTIGACIÓN CON ENFOQUE EN LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD EN EL CAMPO DE LA ADMINISTRACIÓN: PARADIGMAS Y PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS

Marina Dias de Faria, Dra.

Universidade Federal do Rio de Janeiro/Brazil
marinafaria86@hotmail.com

Sylvia Constant Vergara, Dra.

Fundação Getúlio Vargas/Brazil
sylvia.vergara@fgv.br

José Luis Felício dos Santos de Carvalho, Dr.

Universidade Federal do Rio de Janeiro/Brazil
zkcarvalho@hotmail.com

RESUMO

As pesquisas acadêmicas brasileiras em administração com foco em pessoas com deficiência são escassas, os esforços de pesquisa nesse sentido esbarram em questões de natureza ontológica, epistemológica e metodológica. O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre o potencial de adequação de diferentes paradigmas e perspectivas epistemológicas para pesquisas no campo da administração com foco em pessoas com deficiências. Frente às vantagens e desvantagens no aproveitamento da vertente epistemológica hegemônica em administração o artigo avança em reflexões sobre a possibilidade de uso de outras epistemologias que não o positivismo: o racionalismo de Popper, a fenomenologia, a epistemologia histórica, a dialética, a epistemologia crítica e a epistemologia emancipatória da deficiência. Os resultados sugerem que todas essas epistemologias possuem potencial para fazer avançar as pesquisas em administração com foco em pessoas com deficiência, contanto que os pesquisadores suspendam seus preconceitos e resguardem a perspectiva de deficiência como construção social.

Palavras-chave: Pessoas com deficiências; Epistemologia; Construção social; Emancipação.

ABSTRACT

The Brazilian academic research in management with a focus on people with disabilities are scarce, research efforts in this direction run into issues of an ontological, epistemological and methodological. This paper aims to present a reflection on the potential suitability of different paradigms and epistemological perspectives for research in the field of management with a focus on people with disabilities. Faced with the advantages and disadvantages in the use of hegemonic epistemological dimension in management the paper advances in thought about the possibility of using other than the positivist epistemology: rationalism of Popper, phenomenology, historical epistemology, dialectics and critical epistemology. The results suggest that all those epistemologies have the potential to advance research in management with a focus on people with disabilities, provided that researchers suspend their prejudices and safeguard the perspective of disability as social construction.

Keywords: Peoples with disabilities; Epistemology; Social construction; Emancipation.

RESUMEN

La investigación académica brasileña en la gestión con un enfoque en las personas con discapacidad son escasos, los esfuerzos de investigación en esta dirección que tenga problemas de una metodología ontológicas, epistemológicas y. Este documento tiene como objetivo presentar una reflexión sobre la capacidad del potencial de los diferentes paradigmas y perspectivas epistemológicas de la investigación en el campo de la gestión con un enfoque en las personas con discapacidad. Frente a las ventajas y desventajas en el uso de la dimensión epistemológica hegemónica en la gestión de los avances de papel en el pensamiento acerca de la posibilidad de utilizar que no sea la epistemología positivista: el racionalismo de Popper, la fenomenología, la epistemología histórica, la dialéctica, la epistemología y la crítica epistemología emancipatoria de la discapacidad. Los resultados sugieren que todas las epistemologías tienen el potencial para avanzar en la investigación en la gestión con un enfoque en las personas con discapacidad, siempre que los investigadores suspender sus prejuicios y salvaguardar la perspectiva de la discapacidad como construcción social.

Palabras clave: Pueblos con discapacidad; Epistemología; Construcción social; Emancipación.

1 INTRODUÇÃO

A despeito da significativa representatividade das Pessoas com Deficiências (PcD) no mundo (SCHNEIDER et al., 2009) e na sociedade brasileira, em que tais indivíduos correspondem a aproximadamente 24% da população, dos quais quase 16 milhões com deficiência grave ou gravíssima (IBGE, 2010), Moreira e outros (2009, p. 2) denunciam um “silêncio, tanto político quanto acadêmico” com relação a estudos com foco em deficientes no campo da administração. Seja consequência do desinteresse ou mesmo do desprezo por parte de acadêmicos e praticantes, a pesquisa científica em administração acerca da deficiência esbarra em questões de natureza ontológica, epistemológica e metodológica para ter seus esforços levados a termo. No domínio ontológico, a própria natureza da deficiência – complexa, multifacetada e historicamente sujeita a transformações – ainda não foi suficientemente explorada (LOEB; EIDE; MONT, 2008). Na instância metodológica, resta muito a ser debatido para que os pesquisadores possam operacionalizar seus estudos em consonância com as necessidades de seus sujeitos de pesquisa (BARNES; MERCER, 1997).

O presente artigo dirige sua atenção para a dimensão epistemológica da pesquisa acerca da deficiência, no campo da administração. Como lembram Gomes e Santana (2010), este campo é bastante fértil para debates ontológicos e epistemológicos. Sob essa perspectiva, Turmusani (2004, p. 10) enuncia haver um “impacto óbvio” dos paradigmas de pesquisa, das escolhas epistemológicas e dos métodos de investigação nas questões envolvendo deficiência. Afinal, como indicava Habermas (1982), a escolha de que temas terão destaque em uma área do saber é orientada por interesses cognitivos (VERGARA, 1990).

Nesse sentido, os temas relacionados a PcD vêm sendo deixados de lado por acadêmicos de administração (COUTINHO; CARVALHO, 2007; LAGES; MARTINS, 2006). French e Swain (1997) e Oliver (1997), por exemplo, defendem a ampla participação de pessoas com deficiências desde a gênese dos trabalhos de pesquisa; curiosamente, os pesquisadores em administração parecem seguir uma direção diferente, examinando questões relativas a PcD sem que tais pessoas sequer sejam tomadas como sujeitos de pesquisa (PRIDEAUX; ROULSTONE, 2009; RIBEIRO; CARNEIRO, 2009).

Nesse contexto, o presente artigo foi norteado pelo objetivo de apresentar uma reflexão sobre o potencial de adequação de diferentes perspectivas epistemológicas para pesquisas com foco em pessoas com deficiências no campo da administração. As epistemologias consideradas em função de seu potencial para

orientar pesquisas sobre PcD foram as seguintes: positivismo, racionalismo de Popper, fenomenologia, epistemologia histórica, dialética e epistemologia crítica. Tais perspectivas epistemológicas foram escolhidas em razão de sua representatividade como abordagens recorrentemente utilizadas por acadêmicos do campo para alicerçar suas contribuições ao avanço da ciência (SERVA, 2012; SILVA; SANTOS, 2013).

2 EPISTEMOLOGIA E ESTUDOS NO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO

Epistemologia, como lembra Japiassu (1992), não tem uma significação unívoca. Tanto pode designar a filosofia da ciência, quanto uma teoria geral do conhecimento, assim como estudos mais restritos sobre a gênese e a estrutura das ciências, e o exame das condições reais de produção do conhecimento científico. De toda forma, epistemologia está associada a conhecimento científico e aqui se a destaca na reflexão de como este conhecimento pode ser produzido em pesquisas sobre PcD.

Em sua origem, a epistemologia dominante em administração alinha-se ao neopositivismo, projetando uma imagem de ciência unitária, a partir da qual os teóricos das organizações abordam seu objeto por intermédio de uma estrutura de referências baseada em pressupostos indiscutíveis, reforçando uma visão de mundo inquestionável, e provocando a exclusão dos pesquisadores que não aceitam submeter-se a essa ortodoxia científica (SERVA; DIAS; ALPERSTEDT, 2010). French (2009) recorda que os fundamentos epistemológicos da administração foram alicerçados a partir do projeto modernista de planejamento e controle da realidade, que se apóia na idéia de que há previsibilidade nos acontecimentos, e assim seria possível tomar conceitos abertos e aplicá-los a modelos fechados.

As epistemologias convencionalmente utilizadas no campo da administração baseiam-se nos conceitos de universalidade e invariabilidade do conhecimento, o que provoca a exclusão das dimensões do localismo e da especificidade nos processos de construção científica (STARKEY; HATCHUEL; TEMPEST, 2009).

No parecer de Serva, Dias e Alperstedt (2010), ao longo das décadas, não foram registradas mudanças significativas nas correntes hegemônicas de conhecimento em administração, no que tange aos pressupostos epistemológicos, que conservam limitações, tais como o entendimento de que o comportamento econômico constitui a totalidade da natureza humana, e a aceitação da posição de que o homem constitui somente um componente da força de trabalho, participando como item de custo. French (2009) e Tonelli e outros (2003) asseveram que a quase totalidade das pesquisas no campo da administração ampara-se no conceito de linearidade, por meio do qual se persegue o estabelecimento de relações causais, assumindo-se que as variáveis podem ser previstas e que as explicações podem ser simplificadas por meio da idéia do reducionismo.

No entendimento de Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999), ao longo do século XX a produção científica em administração no Brasil foi caracterizada pela falha na qualidade, – tanto do ponto de vista epistemológico quanto metodológico, pela falta de originalidade, pela relevância questionável das publicações e pela submissão, por parte da grande maioria dos pesquisadores, ao paradigma funcionalista e à epistemologia positivista, que busca explicar e prever a realidade tendo em vista a regularidade e os relacionamentos causais entre seus elementos constituintes (BURREL; MORGAN, 1979).

Segundo Hodgkinson e Rousseau (2009), embora atualmente seja amplamente aceita a idéia de que todas as linhas epistemológicas apresentam limitações, para muitos autores o dilema entre rigor e relevância na pesquisa acadêmica em administração emerge da predominância da epistemologia positivista. A despeito de tal

predominância, Johnson e Duberley (2000) afirmam que grande parte dos pesquisadores tenta camuflá-la. Serva, Dias e Alperstedt (2010, p. 281) asseveram que, aos preceitos epistemológicos positivistas, devem ser somadas perspectivas capazes de complementar as concepções tradicionais, tais como “a percepção da importância de reintroduzir o observador na observação”. Os autores também consideram que “a ciência não deve se conformar em apenas ampliar o objeto, mas mostrar-se capaz de [...] confrontar idéias já concebidas”.

Em face de uma das características epistêmicas mais marcantes do positivismo – pressupor a existência de uma linguagem neutra para se observar e descrever um dado fenômeno – Johnson e Duberley (2003) argumentam que as abordagens epistemológicas subjetivistas repudiam a possibilidade de se fazer ciência de forma neutra. Nesse sentido, os mesmos autores defendem que um dos papéis centrais exercidos pela reflexão epistemológica no campo da administração é negar o mundo como uma realidade social objetivamente acessível e rejeitar a naturalização das perspectivas epistêmicas que retratam a experiência do real como se funcionários, consumidores e outros actantes sociais estivessem passivamente esperando pela observação e pelo julgamento do pesquisador. Assim, o conhecimento não pode ser o resultado do acesso privilegiado e da disseminação seletiva por parte de alguns indivíduos supostamente imbuídos de autoridade para legitimar algumas formas de saber e para abafar outras possibilidades, sem que tal resultado seja submetido a debate. De outro modo, permanece a idéia de que existe um ideal epistêmico regulatório que determina quais práticas organizacionais podem ser acessadas e como isso deve ser feito.

Johnson e outros (2006) afirmam que a pesquisa acadêmica em administração se caracteriza pela existência de abordagens pré-paradigmáticas que competem entre si e que discordam com relação as suas assunções epistemológicas fundamentais, fazendo com que os mesmos interesses de pesquisa sejam interpretados de formas diversas, o que influencia a maneira pela qual os acadêmicos se engajam em seus projetos de pesquisa. Para tais autores, seja qual for a orientação epistemológica escolhida, o pesquisador precisa empreender três passos básicos, de modo a conceder transparência ao processo e permitir a reflexividade por parte de sua audiência, no sentido da compreensão do contexto em que o trabalho foi produzido: (a) sujeitar suas assunções epistemológicas à reflexão sistemática e à avaliação diante de alternativas possíveis; (b) deliberar acerca das implicações para a prática da pesquisa a partir de sua escolha sobre uma epistemologia; (c) ser consistente no que tange aos métodos de pesquisa escolhidos e ter clareza com respeito a como esses métodos integram-se aos preceitos fundamentais da epistemologia enunciada para sua audiência.

No entendimento de Batista-dos-Santos, Alloufa e Nepomuceno (2010, p. 318), para romper com as correntes científicas hegemônicas, é preciso dispensar o pragmatismo próprio da epistemologia positivista, buscando-se estimular os pesquisadores a “manter uma atitude crítica que envolve a compreensão da práxis social e o desvelar das situações de dominação”, tendo por objetivo não a reprodução das estruturas sociais estabelecidas, porém sua transformação. A permanência e a transformação da estrutura social, por outro lado, compõem um dos eixos por meio dos quais Burrell e Morgan (1979) estabeleceram um modelo de análise a partir de paradigmas que fundamentam a construção do saber em ciências sociais.

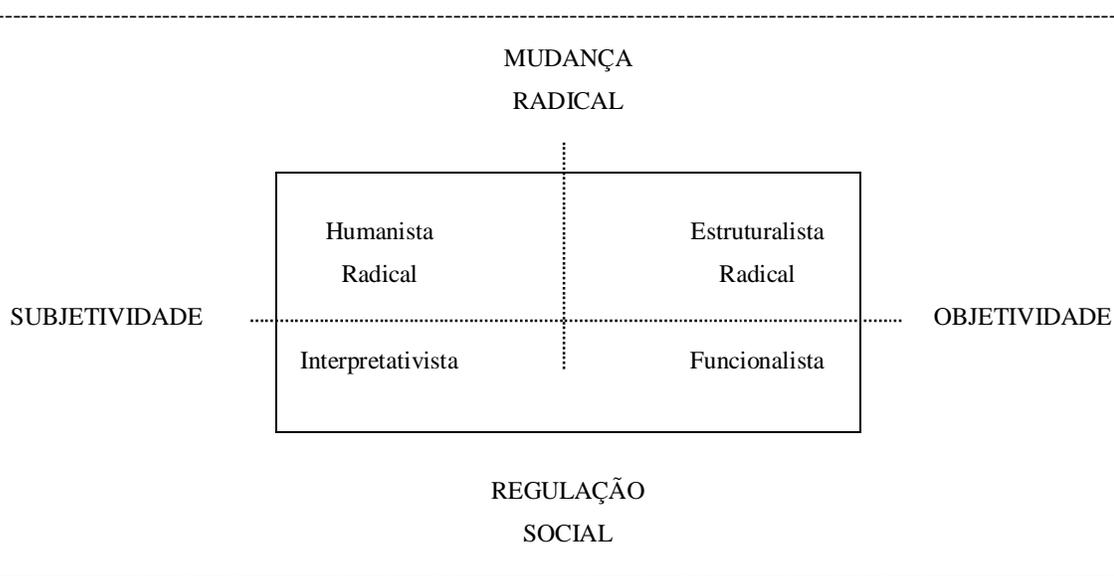
3 OS PARADIGMAS SOCIOLÓGICOS DE BURRELL E MORGAN (1979)

Definida por Burrell (1999, p. 447) como uma forma de ver o mundo compartilhada “por um grupo de cientistas que vivem em uma comunidade marcada por uma linguagem conceitual comum, que buscam fundar

um edifício conceitual comum, e que são possuídos por uma postura política muito defensiva com relação aos de fora”, a noção de “paradigma sociológico” recebeu tamanha atenção na análise organizacional ao longo das últimas décadas, que um exame mais detido acerca de epistemologia e pesquisa com foco em PcD deve necessariamente ser precedida por um debate acerca do tema.

Burrell e Morgan (1979) examinaram a função dos paradigmas como visões da realidade social, defendendo que a teoria social pode ser analisada por intermédio de quatro conjuntos amplos de visões de mundo, as quais divergiram acerca da natureza da ciência – vista como objetiva ou como subjetiva – e sobre a natureza da sociedade, compreendida a partir das perspectivas de regulação ou de mudança radical. Tal análise levaria à identificação de quatro paradigmas sociológicos, cada qual englobando correntes teóricas relacionadas e diferenciadas em termos de abordagem epistemológica, porém assemelhadas em suas suposições fundamentais acerca da natureza da realidade investigada, como mostra a Figura 1:

Figura 1 - Os quatro paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan (1979, tradução nossa)



De acordo com Serva, Dias e Alperstedt (2010), uma das críticas dirigidas à abordagem dos quatro paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan (1979) deve-se à aceitação da dicotomia objetivo/subjetivo, o que contribuiria para sua polarização, em função de uma clara oposição entre os dois paradigmas de abordagem subjetivista – o interpretativista e o humanista radical – e os dois paradigmas objetivistas, o funcionalista e o estruturalista radical. Mattos (2002) constata que os paradigmas são definidos por oposição uns aos outros, enquanto Ahrens (2008) e Willmott (2005) alertam para o fato de que alguns pesquisadores consideram a classificação matricial dos quatro paradigmas mutuamente exclusivos de Burrell e Morgan (1979) como restritiva, ilógica, autoritária, relativista e superficial.

Sacomano Neto e Truzzi (2002), por sua vez, manifestam a proposição de que os paradigmas de Burrell e Morgan (1979) tratam de grandes referenciais teóricos que podem ser entendidos como metateorias, as quais são fundamentais para a construção de novos referenciais analíticos. Para Serva (2012, p. 6), o trabalho desses autores “sinaliza o surgimento de uma epistemologia específica da administração”. Nas palavras de Goles e

Hirschheim (2000, p. 253), ao introduzirem sua tipologia de paradigmas para a análise da teoria social e da teoria organizacional, Burrell e Morgan (1979) “expandiram a consciência coletiva dos pesquisadores” e legitimaram abordagens alternativas para o estudo das organizações, evidenciando “uma crescente insatisfação com a ortodoxia funcionalista dominante”. Para Burrell (1999, p. 448), o trabalho acerca dos paradigmas sociológicos foi efetivo para mostrar a pluralidade que caracteriza o estado normal da ciência organizacional, logo, a orientação funcionalista, a despeito de “popular e politicamente superior”, não constitui a única via para a análise organizacional.

Argumentando que a compatibilidade entre os paradigmas de Burrell e Morgan (1979) deveria ser enfatizada em lugar de suas diferenças, Pollack (2006) defende que os paradigmas deveriam ser vistos como complementares e inseparáveis, pois, mesmo que um pesquisador possa operar somente a partir de um paradigma de cada vez, ele poderá operar em diferentes paradigmas seqüencialmente ao longo do tempo. Goles e Hirschheim (2000) e Lukka (2010) advogam perspectivas multiparadigmáticas embasadas por integrações e cruzamentos entre os quatro paradigmas, de modo a favorecer um maior fluxo de informações e um maior intercâmbio de idéias no processo de construção e de difusão do conhecimento. Reed (1999, p. 63) crê em uma “proliferação paradigmática” em lugar de uma “imposição paradigmática”, para que sejam estimuladas “abordagens distintas dentro de domínios diferentes, que não foram contaminados pelo contato com as perspectivas competitivas”.

Retornando à classificação original defendida por Burrell e Morgan (1979) e Bertero, Caldas e Wood Jr (1999) fazem notar que quase toda a produção nacional em administração está situada no paradigma funcionalista, enquanto que quase nada foi produzido nos referenciais paradigmáticos do humanismo radical e do interpretativismo. Gomes e Santana (2010) também denunciam a continuidade do predomínio do paradigma sociológico funcionalista na análise organizacional ao longo dos anos. O paradigma funcionalista foi associado à epistemologia positivista por Burrell (1999), que estabelece outras associações, como entre o paradigma interpretativista e a epistemologia fenomenológica, e entre o paradigma humanista radical e a epistemologia crítica.

Em razão da hegemonia do paradigma funcionalista no campo da administração, a pesquisa focada em pessoas com deficiências apresenta predominância de estudos alinhados à epistemologia neopositivista associada ao paradigma funcionalista, principalmente, porém não exclusivamente, em áreas como marketing e gestão de pessoas – como é o caso dos trabalhos voltados para o aproveitamento do mercado composto por consumidores com deficiências (DARCY, 2010; SWIFT; WAYLAND; WAYLAND, 1994), ou daqueles que retratam funcionários com deficiências como recursos para obtenção de vantagem competitiva (JONES; COMFORT; HILLIER, 2007; JONES; SCHMIDT, 2004).

Por outro lado, como observa Vergara (1999), a hegemonia da ortodoxia funcionalista não significa a paralisação das vozes discordantes. Goodley e Lawthom (2005), por exemplo, defendem que o caminho para a pesquisa com foco em PcD passa necessariamente pelo reconhecimento da importância do paradigma humanista radical de Burrell e Morgan (1979). Bhaskar e Danermark (2006) também advogam estudos identificados com o paradigma humanista radical, em decorrência de sua ênfase na transformação social. Para Willmott (2005), igualmente, pesquisas focadas em PcD precisam voltar-se para as possibilidades de mudança, o que corresponderia aos paradigmas estruturalista radical e humanista radical.

A parte superior da matriz dos paradigmas sociológicos mostrados na Figura 1 – que engloba os paradigmas associados à mudança radical, que se opõem à estabilidade e à regulação – tem especial interesse para a pesquisa focada em PcD por conta da idéia de inclusão, ou seja, do amplo reconhecimento de que não basta que os deficientes sejam integrados à sociedade, pois antes são requeridas transformações sociais, culturais e econômicas para incluir as minorias, haja vista que a deficiência não é um problema individual (SASSAKI, 2003; TANAKA, 2006). Em consonância com as idéias de Bricher (2000) e Stone e Priestey (1996), que são debatidas mais adiante, pode-se defender que o paradigma sociológico do estruturalismo radical também embasa a epistemologia emancipatória da deficiência, que é apresentada na quinta seção do presente artigo. Turmusani (2004), contudo, crê que a epistemologia emancipatória da deficiência encontra embasamento em uma perspectiva subjetiva, o que a identificaria com o paradigma humanista radical.

4 PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS E PESQUISAS FOCADAS EM PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Serva, Dias e Alperstedt (2010) apontam o parasitismo ideológico, o normativismo e as armadilhas do empirismo como os obstáculos epistemológicos que precisam ser superados para que se possa reconstruir a ciência da administração, pois tais obstáculos seriam responsáveis por impedir a interrogação sobre o porquê das coisas nesse campo de conhecimento. Para os autores, qualquer tentativa de explicação acerca dos fenômenos próprios do campo requer não somente uma vigilância epistemológica permanente para buscar superar os obstáculos que impedem ou dificultam o acesso ao conhecimento científico, como também uma reflexão constante acerca dos métodos e das técnicas adequadas para atingir os objetivos almejados. No que tange à pesquisa em administração com foco em PcD, sugere-se que essa reflexão deve abarcar as perspectivas epistemológicas mais recorrentes, a começar pelo positivismo, que se configura como a abordagem hegemônica nesse domínio do saber.

No positivismo, principal corrente epistemológica da produção em administração (FRENCH, 2009; HODGKINSON; ROUSSEAU, 2009; SERVA; DIAS; ALPERSTEDT, 2010), associada por Reed (1999) ao paradigma funcionalista de Burrell e Morgan (1979), a grande preocupação é com a confiabilidade e a validade das pesquisas (JOHNSON; DUBERLEY, 2000). Tal preocupação pode ser importante para pesquisas em administração com foco em deficientes, uma vez que essas pesquisas precisam angariar respaldo, principalmente estatístico, para obter relevância junto aos decisores nas organizações, ou seja, para que se mostrem convincentes a partir de uma ponderação baseada no pragmatismo e sensibilizem os praticantes com relação à importância desses sujeitos como consumidores, por exemplo (HUNT, 2002; KAUFMAN-SCARBOROUGH, 1999)

Por outro lado, de acordo com Vergara (1990), não há no positivismo lugar para uma reflexão crítica sobre o emprego de produção científica em benefício da humanidade, e sem essa reflexão os estudos sobre PcD tendem a perder o sentido e até mesmo a relevância. A esse respeito, Carvalho-Freitas e Marques (2007), Moore, Beazley e Maelzer (1998) e Turmusani (2004) defendem que o compromisso com a defesa dos direitos humanos deve pautar os estudos focados em pessoas com deficiências.

Outra característica do positivismo é a busca por generalização estatística, que faz com que a imensa maioria das pesquisas de linhagem positivista apresente base quantitativa (JOHNSON; DUBERLEY, 2000). A realização de pesquisas quantitativas com PcD como sujeitos é limitada pela dificuldade de engajar um grande

número desses sujeitos em pesquisas (BRAITHWAIT; THOMPSON, 2000), trazendo complicações para a universalização dos resultados. Adicionalmente, a busca por generalização pode ser problemática em pesquisas com PcD, uma vez que elas podem gerar a falsa impressão de que aquilo que vale para uma deficiência específica pode ser generalizado para outras, quando, de fato, cada pessoa com deficiência tem necessidades muito particulares (SILVA, 2007).

Para os adeptos da epistemologia positivista, a única forma para determinar a validade do conhecimento é por meio de testes, cuja realização deve ser livre de julgamentos de valor, de forma objetiva e neutra (JOHNSON; DUBERLEY, 2000). No entanto, há de se admitir que o pesquisador, inserido em um contexto político e social, não pode ser neutro. Mas pode e deve, como disse Guerreiro Ramos (1989), “colocar-se entre parênteses”, de modo a evitar que suas crenças interfiram na pesquisa. No que diz respeito à pesquisas com foco em PcD, a busca pela neutralidade pode ser entendida como positiva, pois é fundamental que essas pesquisas não tragam crenças preconcebidas pelo pesquisador.

Se a epistemologia positivista tem predominado na pesquisa em administração, outras, no entanto, também têm sido assumidas, por exemplo, o racionalismo crítico de Karl Popper. Ele defende igualmente que o conhecimento não pode ser gerado com base em crenças (NEIVA, 1999), e propõe que toda teoria deve ser exaustivamente testada (POPPER, 1972). Configura-se, assim, outro caminho para pesquisas focadas em PcD, mesmo porque, ainda que não representassem um interesse de pesquisa recorrente em sua obra, os deficientes ocasionalmente mostraram-se uma preocupação de Popper (2006, p. 154), para quem “o princípio da proteção às minorias é claramente um princípio moral, tal como, por exemplo, o princípio de proteção à criança”.

Penna (2000), a seu turno, afirma que, para a epistemologia de Popper, as teorias precedem os fatos. Tal posição pode ser prejudicial aos estudos que busquem contribuir, por exemplo, para a inserção de PcD no mercado de trabalho ou no meio social como consumidores, haja vista Oliver (1997) asseverar que só faz sentido elaborar teorias focadas em PcD se tais teorias foram intimamente relacionadas com os fatos do cotidiano.

Uma epistemologia preocupada com questões do cotidiano e que paulatinamente ganha espaço em várias áreas do conhecimento administrativo, tais como recursos humanos, marketing e desenvolvimento organizacional, é a fenomenologia, associada ao paradigma interpretativista de Burrell e Morgan (1979). Sempre que se queira dar destaque à experiência de vida das pessoas, a pesquisa fenomenológica é adequada (MOREIRA, 2004). Tal orientação epistemológica combina com a posição de Glat e Pletsch (2009), que afirmam ser fundamental entender a história de vida e o cotidiano das PcD para que possam ser realizados estudos que as tenham como sujeitos de pesquisa.

Para os adeptos da fenomenologia, a natureza dos participantes do estudo é de importância crucial. Preferencialmente, os sujeitos de pesquisa devem ser indivíduos ou grupos de características singulares e que estejam envolvidos em experiências similares (CRESWELL, 1998; RAY, 1994). Contudo, para o caso de PcD, o que eventualmente pode leva a crer que tais sujeitos vivenciam experiências similares é a própria deficiência, o que pode acabar gerando interpretações equivocadas (SILVA, 2007).

Em termos metodológicos, o uso da abordagem fenomenológica pressupõe que o pesquisador tenha habilidade para interagir com os sujeitos pesquisados (VERGARA, 2006), já que os fenômenos são interpretados por meio da maneira pela qual os sujeitos de pesquisa constroem suas narrativas (DARTIGUES, 2008). No entanto, essa interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados com deficiências pode ser difícil, uma vez que poucos pesquisadores em administração parecem preparados para se comunicar com indivíduos surdos,

cegos ou com Síndrome de Down, por exemplo. No entanto, apesar de o instrumento de coleta de dados mais utilizado na pesquisa fenomenológica ser a entrevista, podem ser usados desenhos ou documentos escritos produzidos pelos sujeitos de pesquisa (VERGARA, 2006), além de técnicas de observação, as quais podem indicar caminhos para a condução de estudos com foco em PcD.

Outra epistemologia cujo aproveitamento em ciências sociais vem crescendo é a epistemologia histórica (FONSECA, 2008), para a qual o conhecimento é, por essência, uma obra temporal na qual o progresso científico se faz por rupturas com o senso comum (ANDRADE; SMOLKA, 2009; JAPIASSU, 1992). Essa abordagem se justifica em estudos sobre PcD, posto que as concepções de deficiência são perspectivas historicamente construídas, por meio das quais se oferecem as bases para a qualificação dos deficientes e as justificativas para ações a serem empreendidas com relação a eles (CARVALHO-FREITAS, 2007; CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2007).

Note-se, porém, que para Bachelard (1997), na abordagem histórica a discussão epistemológica do fazer científico não pode ser dissociada da prática docente. O autor enfatiza que o ato de ensinar não se destaca, tão facilmente quanto se crê, da consciência de saber. Seguindo essa linha de pensamento, quando se fala em pesquisas com foco em PcD é importante lembrar que o processo de pesquisa pode ser prejudicado, haja vista que PcD têm muita dificuldade para obter acesso à educação, pois a maior parte das escolas e dos professores não estão preparados para atendê-las (MUSIS; CARVALHO, 2010).

A dialética, cujo cerne são os conceitos de tese, antítese e síntese ligados à historicidade da realidade social (DEMO, 2009), é outra epistemologia não raramente assumida por acadêmicos em administração. No entendimento de Batista-dos-Santos, Alloufa e Nepomuceno (2010) e de Berneker e McNabb (2006), um fenômeno deve ser explicado pelo entendimento das partes que compõem o todo, uma vez que a modificação do todo só se realiza, de fato, após um acúmulo de mudanças nas partes que o compõem (DEMO, 2009; KONDER, 1985). Sob esse ponto de vista, a exclusão social de PcD precisa ser analisada em suas diversas facetas, buscando entender as dificuldades dessas pessoas para exercerem os diversos papéis sociais (SANSIVIEIRO; DIAS, 2005). A partir de uma abordagem dialética, o estudo da exclusão dos deficientes pode também ser contemplado a partir de suas contradições históricas (SERVA; DIAS; ALPERSTEDT, 2010), à semelhança do que realizou Foucault (2009) com sua epistemologia arqueológica em relação aos loucos (THIRY-CHERQUES, 2010), ou seja, deficientes mentais.

Na epistemologia dialética, identificada com o paradigma estruturalista radical de Burrell e Morgan (1979), busca-se uma síntese que emerge a partir da confrontação entre uma tese e uma antítese (KONDER, 1985). Berniker e McNabb (2006) observam que tal confrontação – fértil para o estudo dos fenômenos organizacionais – deriva das diferentes assunções que os actantes sociais aplicam a fatos e a dados. Por outro lado, a busca por oposições em direção a uma síntese pode levar à idéia de confronto entre inclusão e exclusão, e entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência (MOREJÓN; GARCIA, 2010), o que pode gerar a falsa impressão de que todo deficiente é igual.

Outra vertente epistemológica que parece poder contribuir para o avanço de pesquisas em administração com foco em PcD é a epistemologia crítica, associada ao paradigma sociológico do humanismo radical (BURRELL, 1999; BURRELL; MORGAN, 1979), e que tem como objetivo essencial interrogar-se acerca da responsabilidade social dos cientistas (JAPIASSU, 2002). Johnson e Durbly (2000) e Morin (2011) asseveram que essa epistemologia condena o saber desinteressado e ocupa-se da relação entre ciência e poder, buscando a

emancipação dos sujeitos de pesquisa. A busca pela emancipação por meio de pesquisas voltadas para PcD tornou-se a tal ponto crucial que alguns autores estabelecem a proposição de uma corrente epistemológica orientada especificamente para a pesquisa das questões concernentes aos deficientes com base em uma perspectiva sócio-política (TURMUSANI, 2004) – a denominada epistemologia emancipatória da deficiência, apresentada detidamente na próxima seção deste artigo.

A despeito de se mostrar útil para o avanço do conhecimento administrativo, a ótica da epistemologia crítica, na visão de Johnson e Duberley (2000), é poucas vezes utilizada na concepção de estudos em administração, em parte devido ao fato de, em seu *mainstream*, segundo esses autores, a ciência da administração manter uma relação de alienação e exploração da sociedade. Tal característica, inerente a grande parte dos estudos de administração, parece igualmente configurar um empecilho para a o desenvolvimento de estudos com foco em PcD.

5 A EPISTEMOLOGIA EMANCIPATÓRIA DA DEFICIÊNCIA

De acordo com Vehmas (2008), há uma questão ontológica subjacente às recorrentes controvérsias que permeiam o debate sobre a pesquisa acadêmica envolvendo pessoas com deficiências: a complicada relação envolvendo política e ciência. No parecer do autor, para que esse campo de pesquisas tenha sua relevância acadêmica reconhecida, é preciso que se adote como base ontológica e epistemológica da produção científica um modelo social de deficiência por meio da qual sejam valorizados e defendidos os benefícios práticos à autonomia do deficiente, os quais ensejam uma contrapartida política nem sempre desejável pelos segmentos mais amplos da sociedade. Em consonância com essa posição, Bricher (2000) acredita que um modelo social de deficiência deve ser defendido como alternativa aos modelos que percebem a deficiência como uma questão individual, ao invés de uma questão sócio-política. A partir desse entendimento a pesquisa sobre PcD pode ser orientada para buscar equilibrar relações de poder no processo de pesquisa, bem como para envolver e dar autonomia aos deficientes como sujeitos de pesquisa.

Stone e Priestley (1996) defendem que a pesquisa sobre PcD deve ser condenada quando a deficiência é concebida como uma patologia individual, um problema médico a ser tratado ou uma tragédia pessoal a ser lamentada, haja vista que, epistemologicamente, tais concepções dificilmente podem ser separadas da tendência de que outras pessoas que não os deficientes estabeleçam definições acerca do auto-conceito, dos objetivos, dos desejos, dos potenciais e das motivações das pessoas com deficiências, sem perguntar a elas próprias sobre seus problemas e alternativas preferidas de soluções, ou seja, desprezando abertamente todas as informações que podem ser recebidas diretamente desses indivíduos. Turmusani (2004) acredita que questões envolvendo diversidade cultural, incluindo contextos como religião e sistemas políticos e econômicos, devem ser levados em conta na análise da deficiência. Para o autor, em uma escala mais ampla, essas demandas levariam naturalmente à adoção de uma abordagem teórica eclética baseada nos ideais dos direitos humanos.

Para Stone e Priestley (1996), PcD rejeitam os modelos preconizados pelas pesquisas realizadas tanto a partir das epistemologias positivistas, quanto das epistemologias interpretativistas, ambas baseadas na idéia de tragédia pessoal relacionada à deficiência. Os autores advogam premência de se perseguir uma nova epistemologia emancipatória, por meio da qual a deficiência seria compreendida como uma relação social criada por um ambiente deficiente e por atitudes deficientes, socialmente construídas e culturalmente produzidas,

caracterizando-se uma forma de opressão estrutural. Amparados por essa nova epistemologia, asseveram Stone e Priestley (1996) os acadêmicos interessados em produzir conhecimento sobre PcD poderiam então confrontar as acusações de irrelevância que os pesquisadores positivistas costumam dirigir aos estudos sobre deficientes e sobre sua inserção no mundo organizacional.

Sob essa perspectiva epistemológica, a adoção de um modelo social de deficiência deveria constituir a base teórica para qualquer pesquisa acerca de pessoas com deficiências. Outro fundamento determinante para uma epistemologia emancipatória da deficiência seria a assunção de que as próprias PcD são as verdadeiras detentoras do conhecimento, não os pesquisadores, os médicos ou os assistentes sociais, o que tornaria legítimas somente as pesquisas que tivessem deficientes como autores ou co-autores (STONE; PRIESTLEY, 1996). Não custa recordar que Burrell e Morgan (1979) argumentam que, para os anti-positivistas, o mundo social só pode ser entendido do ponto de vista dos indivíduos diretamente envolvidos nas situações estudadas.

Essa orientação parece encontrar respaldo junto aos próprios sujeitos de pesquisa. Ao entrevistar pessoas com deficiências sobre sua participação em projetos de pesquisa acadêmica, Kitchin (2000) obteve resultados que reforçam as demandas por uma epistemologia de pesquisa emancipatória da deficiência: os respondentes articularam a necessidade de realização de estudos baseados em estratégias de pesquisa orientadas para a ação e para a intervenção social, em que PcDs participariam como consultores e parceiros, em vez de apenas como sujeitos de pesquisa.

A partir do trabalho de Stone e Priestley (1996), Barnes (2002, 2003) estabeleceu os seis princípios fundamentais da epistemologia emancipatória da deficiência: (1) incorporar PcD no processo de pesquisa e prestar contas dos resultados à comunidade deficiente; (2) adotar uma concepção social de deficiência para desmistificar as estruturas e os processos que criam a deficiência; (3) tornar claras as posições ontológicas e epistemológicas do pesquisador, bem como detalhar os procedimentos metodológicos adotados para a realização das pesquisas; (4) privilegiar os protocolos qualitativos de pesquisa, uma vez que a pesquisa quantitativa é incapaz de capturar a complexidade da experiência de vida das pessoas com deficiência e seus dados podem ser manipulados politicamente; (5) contextualizar as pesquisas em termos temporais, espaciais e, principalmente, sócio-culturais; e (6) manter o compromisso do trabalho de pesquisa com a geração e a ampla divulgação de conhecimentos e resultados práticos capazes de conceder mais autonomia aos deficientes.

Naturalmente, não faltam críticas à epistemologia emancipatória da deficiência. Danieli e Woodhams (2005), por exemplo, questionam a prescrição da pesquisa emancipatória como única epistemologia legítima para a pesquisa da deficiência em função de algumas inconsistências e contradições internas, por meio das quais algumas vozes podem ser marginalizadas e alguns pesquisadores e sujeitos deficientes podem ser oprimidos. Sugerindo que, em última instância, a epistemologia emancipatória pode servir para legitimar somente a geração de conhecimento realizada por pesquisadores com deficiência em busca de sua auto-emancipação, as autoras defendem a adoção de uma abordagem mais eclética e pluralista para a construção de teorias e a realização de pesquisas com foco em PcD.

Barnes (2002) defende uma perspectiva semelhante, ao enunciar que a epistemologia emancipatória da deficiência deve ter por propósito desmistificar as estruturas e os processos que criam a deficiência, bem como propiciar o estabelecimento de um diálogo entre a comunidade acadêmica e as pessoas com deficiência; nesse contexto, os pesquisadores devem colocar seus conhecimentos e suas habilidades à disposição das pessoas com

deficiências, mas eles não precisam ser deficientes também. No parecer de Turmusani (2004), a epistemologia emancipatória da deficiência tem uma clara limitação: o foco excessivo nas questões políticas.

Mercieca e Mercieca (2010) expressam sua preocupação com o fato de que aquilo que a epistemologia emancipatória da deficiência tenta capturar e representar pode ser um fator de restrição ao entendimento da deficiência, ao invés de propiciar a emancipação, uma vez que as dinâmicas individuais enfatizadas por tal epistemologia são cristalizadas em identidades estáveis e fechadas, que representariam uma experiência inferior de vida e de pesquisa. Para os autores, uma pesquisa comprometida de fato com a emancipação deveria ser orientada para a possibilidade de transformação social, para a plena realização do potencial humano.

6 APRECIACÃO DAS EPISTEMOLOGIAS POR SEU POTENCIAL EM ORIENTAR PESQUISAS SOBRE PcD

Elaborada a partir da revisão bibliográfica conduzida ao longo da presente pesquisa, o Quadro 1 relaciona sete diferentes epistemologias que podem orientar estudos em administração com foco em PcD, inclusive a epistemologia emancipatória da deficiência. O Quadro 1 traz os principais pontos positivos e vantagens de cada epistemologia com relação a seu potencial para orientação de pesquisas envolvendo pessoas com deficiências, e também relaciona problemas, dificuldades, limitações e ambigüidades que podem envolver seu aproveitamento em tais pesquisas.

Quadro 1 - Epistemologias e orientação de pesquisas com foco em PcD

Epistemologia	Pontos positivos e vantagens	Problemas, dificuldades, limitações e ambigüidades
Emancipatória da deficiência	- PcD como parceiros e consultores nas pesquisas - aproximação do pesquisador das reais demandas de PcD - contextualização das pesquisas	- marginalização de pesquisadores sem deficiência - ênfase excessiva em questões políticas
Positivismo	- busca pela neutralidade pode minimizar o viés causado pelo preconceito - robustez estatística pode ajudar a convencer os praticantes da importância de PcD para as dinâmicas de mercados e empresas	- busca da generalização pode ser prejudicial para estudos sobre PcD - dificuldade de acesso a muitas PcD para realização de pesquisas quantitativas
Racionalismo de Popper	- rejeição a crenças pode evitar o preconceito nas pesquisas	- crer que a teoria precede o fato pode fazer com que a teoria se desenvolva sem ligação com a realidade das PcD
Fenomenologia	- destaque para a experiência de vida dos sujeitos de pesquisa - possibilidade do uso de diversas técnicas de coleta de dados	- necessidade de muita interação entre pesquisador e pesquisado, o que nem sempre é possível por causa das eventuais limitações dos pesquisadores em lidar com PcD
Histórica	- conhecimento visto como obra temporal - busca a ruptura com o senso comum	- conhecimento indissociável da prática docente
Dialética	- busca da compreensão do todo por meio do entendimento das partes - aceitação de conflitos, oposições e contrastes	- dificuldade prática de operacionalização - a idéia de opostos pode levar a erros como a generalização de deficiências
Crítica	- entendimento da realidade como algo mais complexo do que a teoria - busca da emancipação dos sujeitos de pesquisa - crítica ao saber desinteressado	- pouca aplicação em estudos de administração alinhados ao <i>mainstream</i>

Tomando por base a matriz dos paradigmas sociológicos de Burrell e Morgan (1979), ainda que as epistemologias relacionadas ao eixo da mudança radical sejam naturalmente mais afeitas a orientar pesquisas com foco em PcD do que aquelas identificadas com o eixo da regulação social, pode-se depreender a partir do Quadro 1 que todas as epistemologias apresentadas possuem potencial para fazer avançar as pesquisas em administração com foco em PcD. Nesse sentido, cabe recordar a perspectiva de Bachelard, segundo o qual o cientista não pode ser uma pessoa de uma só doutrina, seja ela idealista, racionalista ou positivista, pois a ciência moderna não se deixa enquadrar em uma doutrina (JAPIASSU, 1992).

Considerando o fato de que, na sociedade moderna, a ênfase no corpo produtivo perpetrada pelo sistema capitalista trata as pessoas marcadas com o estigma da anormalidade como indivíduos que não existem (FOUCAULT, 2001), a preocupação com a transformação social radical no sentido da inclusão de PcD será sempre preferida às soluções paliativas, pontuais ou àquelas que admitem apenas formas restritas de inclusão, tal como a aceitação de um deficiente somente como cliente capaz de gerar lucro para a empresa ou como funcionário destinado a cumprir as cotas obrigatórias que a lei destina aos deficientes, sob pena de multa para a organização (RIBEIRO; CARNEIRO, 2009). Ainda assim, talvez seja importante ceder espaço para as perspectivas segundo as quais a realidade não se constrói somente por meio da mudança radical, especialmente quando se considera que PcD apresentam inúmeras e variadas demandas em todos os aspectos da vida em sociedade, estejam elas relacionadas à mudança radical, sejam elas dependentes de simples adaptações. Diante das penúrias sociais impostas aos deficientes, talvez não se deva menosprezar nem mesmo os esforços de pesquisa alinhados ao paradigma funcionalista, e até os estudos epistemologicamente positivistas talvez sejam importantes, enquanto se busca terreno para a mudança radical.

Seja qual for a vertente epistemológica a servir como orientação para a pesquisa, entretanto, acredita-se que ao menos três aspectos deveriam ser observados pelos pesquisadores em administração interessados em estudos com foco em PcD: a perspectiva da deficiência como uma construção social; a suspensão dos preconceitos; e alguma forma de colaboração entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa.

O primeiro dentre esses aspectos refere-se à posição defendida por autores tais como Cox-White e Boxall (2010) e Le Breton (2006), para os quais é importante que se admita a deficiência como socialmente construída, de forma que se possa avançar em estudos sobre a inclusão. De acordo com essa idéia, a deficiência não é portada pelo indivíduo, ela é vivenciada por ele em um contexto social, cultural e econômico específico, o qual não pode ser desprezado pelo pesquisador, não importa a qual linhagem epistemológica pertença.

Em segundo lugar, independentemente de qual epistemologia serve de guia para uma pesquisa, Japiassu (1992) aponta o preconceito e as idéias preconcebidas – que podem ser chamados de pré-saber –, como prejudiciais para o avanço do conhecimento. No caso das pessoas com deficiências, parece que a maior parte do conhecimento advém do pré-saber. Cuspani e Pitrocola (2002) esclarecem que cada pessoa compreende a realidade segundo seu próprio esquema de pensamento, constituído por crenças tradicionais que são acriticamente mantidas. No que diz respeito ao conhecimento sobre PcD isso faz com que a visão preconceituosa seja propagada, e isso pode ocorrer tanto na pesquisa de base positivista, quanto na pesquisa histórica ou fundamentada em qualquer outra epistemologia em que o pesquisador não permaneça vigilante com respeito a seus próprios preconceitos.

Por fim, ao discorrer acerca de rigor e relevância na pesquisa em administração, Kieser e Leiner (2009) observam que, com relação à dimensão epistemológica, pode-se ganhar muito na produção científica em

estabelecer colaborações entre acadêmicos e sujeitos que vivem a realidade prática. Os autores estimulam os pesquisadores a incluir em suas publicações, além dos resultados das pesquisas, detalhes dos processos de trabalho e descrições das dificuldades trazidas pela colaboração.

7 PARA CONCLUIR

A presente pesquisa foi norteada pelo objetivo de desencadear uma reflexão sobre o potencial de adequação de diferentes paradigmas e perspectivas epistemológicas para pesquisas com foco em pessoas com deficiências no campo da administração. Considerando o contexto acadêmico atual, a despeito de alguns paradigmas aparentarem guardar uma afinidade mais natural com as questões e os problemas envolvendo a deficiência – notadamente, os dois paradigmas de Burrell e Morgan (1979) associados à mudança radical –, diante da enorme carência de PcD por soluções práticas que envolvem ações organizacionais, seria imprudente descartar como inadequadas quaisquer possibilidades de pesquisa embasadas por outros paradigmas. O mesmo vale para as vertentes epistemológicas aqui discutidas: ainda que algumas estejam mais identificadas com o complexo universo das PcD, como a epistemologia emancipatória da deficiência, inadequado seria desprezar pesquisas alinhadas a outras correntes.

Em sintonia com Reed (1999), argumenta-se que a criação teórica tem a responsabilidade de ir contra convenções institucionalizadas em ortodoxias aceitas muitas vezes sem nenhum tipo reflexão e que, assim, não caberão inteiramente em parâmetros conceituais estabelecidos. É de se supor que acadêmicos em administração tenham suas razões conscientes ou inconscientes para adotar um determinado paradigma ou uma dada epistemologia para orientar seus esforços de pesquisa, porém, tomando por base a assertiva precedente, a simples preocupação com as pessoas com deficiências já denota uma ruptura com os temas avalizados pelo *mainstream* e, portanto, os estudos derivados desse interesse devem ser sistematicamente estimulados por adeptos de todas as epistemologias, contanto que tais estudos resguardem minimamente as três recomendações debatidas na seção anterior: tomar a deficiência como uma construção social; suspender os preconceitos; e buscar maneiras de fomentar a colaboração dos sujeitos deficientes com os pesquisadores. Adicionalmente, não custa lembrar a posição proativa de Vigotski (1997), para quem a humanidade vencerá, cedo ou tarde, a cegueira, a surdez e a debilidade mental, mas as deficiências precisam ser vencidas antes no plano social e pedagógico do que no plano médico e biológico.

Diante de tantas possibilidades epistemológicas e, por consequência, metodológicas, não se pode deixar de considerar igualmente as questões envolvendo interdisciplinaridade, haja vista que a administração configura-se como uma ciência que utiliza largamente os conhecimentos oriundos de outras ciências para apurar sua problemática, enriquecer os seus instrumentos conceituais e aperfeiçoar suas técnicas de investigação (MORIN, 2011). Bhaskar e Danermark (2006) defendem a interdisciplinaridade na pesquisa com foco em PcD, em razão da necessidade de estabelecer diálogos entre sociologia, medicina, antropologia, estética e outras áreas do saber para fazer avançar o conhecimento sobre o tema.

Artigo submetido para avaliação em 29/11/2011 e aceito para publicação em 14/03/2014

REFERÊNCIAS

AHRENS, T. Overcoming the subjective-objective divide in interpretive management accounting research. **Accounting, Organizations and Society**, v. 33, p. 292-297, 2008.

ANDRADE, J.; SMOLKA, A. A construção do conhecimento em diferentes perspectivas: contribuições de um diálogo entre Bachelard e Vigotski. **Ciência & Educação**, v. 15, n. 2, p. 245-268, 2009.

BARNES, C. Emancipatory disability research: project or process? **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 2, n. 1, p. 1-8, 2002.

_____. What a difference a decade makes: reflections on doing “emancipatory” disability research. **Disability & Society**, v. 18, n. 1, p. 3-17, 2003.

BARNES, C.; MERCER, G. Breaking the mould? An introduction to doing disability research. In: BARNES, C.; MERCER, G. (Ed.). **Doing disability research**. Leeds: The Disability Press, 1997. p. 1-14.

BATISTA-DOS-SANTOS, A.; ALLOUFA, J.; NEPOMUCENO, L. Epistemologia e metodologia para as pesquisas críticas em administração: leituras aproximadas de Horkeimer e Adorno. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 3, p. 312-324, jul./set. 2010.

BERNIKER, E.; McNABB, D. Dialectical inquiry: a structured qualitative research method. **The Qualitative Report**, v. 11, n. 4, p. 643-664, 2006.

BERTERO, C.; CALDAS, M.; WOOD Jr., T. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 3, n. 1, p. 147-178, 1999.

BHASKAR, R.; DANERMARK, B. Metatheory, interdisciplinarity and disability research: a critical realist perspective. **Scandinavian Journal of Disability Research**, v. 8, n. 4, p. 287-297, 2006.

BRAITHWAIT, D.; THOMPSON, T. **Handbook of communication and people with disability: Research and application**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

BRICHER, G. Disabled people, health professionals and the social model of disability: can there be a research relationship? **Disability & Society**, v. 15, n. 5, p. 781-793, 2000.

BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S. et al. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 439-462.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.

CARVALHO-FREITAS, M. Análise da inserção e gestão do trabalho de pessoas com deficiência: um estudo de caso. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 31., 2007. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad, 2007.

CARVALHO-FREITAS, M.; MARQUES, A. A diversidade através da história; a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. **Organizações & Sociedade**, v. 14, n. 41, p. 59-78, 2007.

COUTINHO, L.; CARVALHO, J. Diversidade e ações afirmativas nas organizações brasileiras. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 4., 2007, Resende. **Anais...** Resende: AEDB, 2007.

COX-WHITE, B.; BOXALL, S. Redefining disability: maleficent, unjust and inconsistent. **Journal of Medicine and Philosophy**, v. 33, p. 558-576, 2009.

CRESWELL, J. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions**. Thousand Oaks: Sage, 1998.

CUSPANI, A.; PITROCOLA, M. A relevância da epistemologia de Mario Bunge para o ensino das ciências. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 19, p. 100-125, 2002.

DANIELI, A.; WOODHAMS, C. Emancipatory research methodology and disability: a critique. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 8, n. 4, p. 281-296, 2005.

DARCY, S. Inherent complexity: disability, accessible tourism and accommodation information preferences. **Tourism Management**, v. 31, p. 816-826, 2010.

DARTIGUES, A. **O que é fenomenologia?** 10. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FONSECA, D. A pedagogia científica de Bachelard: uma reflexão a favor da qualidade da prática e da pesquisa docente. **Educação e Pesquisa**, v. 34, n. 2, p. 361-370, 2008.

FOUCAULT, M. **História da loucura**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRENCH, S. Cogito ergo sum: exploring epistemological options for strategic management. **Journal of Management Development**, v. 28, n. 1, p. 18-37, 2009.

FRENCH, S.; SWAIN, J. Changing Disability Research: Participating and Emancipatory Research with Disabled People. **Physiotherapy**, v. 86, n. 1, p. 26-36, 1997.

GLAT, R.; PLETSCH, M. O método de história de vida em pesquisas sobre auto-percepção de pessoas com necessidades educacionais especiais. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 34, p. 139-154, 2009.

GOLES, T.; HIRSCHHEIM, R. The paradigm is dead, the paradigm is dead... long live the paradigm: the legacy of Burrell and Morgan. **Omega – The International Journal of Management Science**, v. 28, p. 249-268, 2000.

GOMES, A.; SANTANA, W. A história oral na análise organizacional: a possível e promissora conversa entre a história e a administração. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 8, n. 1, p. 2-18, 2010.

GOODLEY, D.; LAWTHOM, R. Epistemological journeys in participatory action research: alliances between community psychology and disability studies. **Disability & Society**, v. 20, n. 2, p. 135-151, 2005.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HODGKINSON, G.; ROUSSEAU, D. Bridging the rigour-relevance gap in management research: it's already happening! **Journal of Management Studies**, v. 46, n. 3, p. 534-546, 2009.

HUNT, S. **Foundations of marketing theory: toward a general theory of marketing**. London: Sharpe, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao/censo2010>>. Acesso em: 29 nov. 2011.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992.

JOHNSON, P. et al. Evaluating qualitative management research: towards a contingent criteriology, **International Journal of Management Reviews**, v. 8, n. 3, p. 131-156, 2006.

JOHNSON, P.; DUBERLEY, J. Reflexivity in management research, **Journal of Management Studies**, v. 40, n. 5, p. 1279-1303, 2003.

_____. **Understanding Management Research**: an introduction to epistemology. London: Sage, 2000.

JONES, P.; COMFORT, D.; HILLIER, D. What's in store? Retail marketing and corporate social responsibility. **Marketing Intelligence & Planning**, v. 25, n. 1, p. 17-30, 2007.

JONES, P.; SCHMIDT, R. Retail employment and disability. **International Journal of Retail & Distribution Management**, v. 32, n. 9, p. 426-429, 2004.

KAUFMAN-SCARBOROUGH, C. Reasonable access for mobility-disabled persons is more than widening the door. **Journal of Retailing**, v. 75, n. 4, p. 479-508, 1999.

KIESER, A.; LEINER, L. Why the rigour-relevance gap in management research is unbridgeable, **Journal of Management Studies**, v. 46, n. 3, p. 516-533, 2009.

KITCHIN, R. The researched opinions on research: disabled people and disability research. **Disability & Society**, v. 15, n. 1, p. 25-47, 2000.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LAGES, S.; MARTINS, R. Turismo inclusivo: a importância da capacitação do profissional de turismo para o atendimento ao deficiente auditivo. **Estação Científica**, n. 3, p. 1-17, 2006.

LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LOEB, M.; EIDE, A.; MONT, D. Approaching the measurement of disability prevalence: the case of Zambia. **ALTER - European Journal of Disability Research**, v. 2, p. 32-43, 2008.

LUKKA, K. The roles and effects of paradigms in accounting research. **Management Accounting Research**, v. 21, p. 110-115, 2010.

MATTOS, P. A estruturação de dissertações e teses em Administração: caracterização teórica e sugestões práticas. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 3, p. 175-198, 2002.

MERCIECA, D.; MERCIECA, D. Opening research to intensities: rethinking disability research with Deleuze and Guattari. **Journal of Philosophy of Education**, v. 44, n. 1, p. 79-92, 2010.

MOREJÓN, K; GARCIA, L. A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior público do estado do Rio Grande Do Sul/RS/Brasil. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE EDUCACIÓN, 2010. Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: OEI, 2010.

MOREIRA, D. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MOREIRA, L. et al. O trabalho para os portadores de necessidades especiais: um caminhar pela diversidade através dos conceitos de poder, minoria e deficiência. In: ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, 2., 2009. Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2009.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MUSIS, C.; CARVALHO, S. Representações sociais de professores acerca do aluno com deficiência: a prática educacional e o ideal do ajuste à normalidade. **Educação Social**, v. 31, n. 110, p. 201-217, 2010.

NEIVA, E. **O racionalismo crítico de Popper**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.

OLIVER, M. Emancipatory research: realistic goal or impossible dream? In: BARNES, C.; MERCER, G. (Ed.). **Doing disability research**. Leeds: The Disability Press, 1997. p. 15-31.

PENNA, A. **Introdução a epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

POLLACK, J. Pyramids or silos: alternative representations of the systems thinking paradigms. **Systemic Practice and Action Research**, v. 19, n. 4, p. 383-398, 2006.

POPPER, K. **Conjeturas e refutações**. Brasília: Universidade de Brasília, 1972.

_____. **Em busca de um mundo melhor**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

PRIDEAUX, S.; ROULSTONE, A. Good practice for providing disabled people with reasonable access to the built environment. A comparative study of legislative provision. **International Journal of Law in the Built Environment**, v. 1, n. 1, p. 59-81, 2009.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

RAY, M. The richness of phenomenology: philosophic theoretic and methodologic concerns . In: MORE, J. (Ed.) **Critical issues in qualitative research method**. Londres: Sage, 1994. p. 116-133.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. et al. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 61-98.

RIBEIRO, M.; CARNEIRO, R. A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 50, p. 545-564, jul./set. 2009.

SACOMANO NETO, M.; TRUZZI, O. Perspectivas contemporâneas em análise organizacional. **Gestão & Produção**, v. 9, n. 1, p. 32-44, 2002.

SANSIVIERO, S.; DIAS, C. Hotelaria e acessibilidade. **Turismo – Visão e Ação**, v. 7, n. 3, p. 439-453, 2005.

SCHNEIDER, M. et al. Measuring disability in censuses: the case of South Africa. **ALTER - European Journal of Disability Research**, v. 3, p. 254-265, 2009.

SASSAKI, R. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SERVA, M. O surgimento e o desenvolvimento da epistemologia da administração: inferências sobre a contribuição ao aperfeiçoamento da teoria administrativa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 36., 2012. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

SERVA, M.; DIAS, T.; ALPERSTEDT, G. Paradigma da complexidade e teoria das organizações: uma reflexão epistemológica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 3, p. 276-287, 2010.

SILVA, S. Na primeira pessoa, a voz das pessoas com deficiência na construção de políticas públicas sociais. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16., 2007, Campinas, SP. **Anais...** Campinas, SP: Unicamp, 2007.

SILVA, T.; SANTOS, A. Administração: que ciência é essa? Da demarcação científica à epistemologia de fronteira. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 37., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

STARKEY, K.; HATCHUEL, A.; TEMPEST, S. Management research and the new logics of discovery and engagement, **Journal of Management Studies**, v. 46, n. 3, p. 547-558, 2009.

STONE, E.; PRIESTLEY, M. Parasites, pawns and partners: disability research and the role of non-disabled researchers. **British Journal of Sociology**, v. 47, n. 4, p. 699-716, 1996.

SWIFT, C.; WAYLAND, J.; WAYLAND, R. The Americans with Disabilities Act 1990: guidelines for industrial sales managers. **Journal of Business & Industrial Marketing**, v. 9, n. 3, p. 30-37, 1994.

TANAKA, E. Acessibilidade: um dos caminhos para auxiliar na inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 12, n. 1, p. 139-142, 2006.

THIRY-CHERQUES, H. À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. **Lua Nova**, n. 81, p. 215-248, 2010.

TONELLI, M. et al. Produção acadêmica em recursos humanos no Brasil: 1991-2000. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 1, p. 105-122, 2003.

TURMUSANI, M. An eclectic approach to disability research: a majority world perspective. **Asia Pacific Disability Rehabilitation Journal**, v. 15, n. 1, p. 3-11, 2004.

VEHMAS, S. Philosophy and science: the axes of evil in disability studies? **Journal of Medical Ethics**, v. 34, n. 1, p. 21-23, 2008.

VERGARA, S. Métodos de pesquisa em administração. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. Nota técnica: ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S. et al. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1, p. 463-465.

_____. Teoria prática educacional – da técnica à ética. **PUC Ciência**, n. 5, p. 12-20, 1990.

VIGOTSKI, L. **Fundamentos de defectologia**. Lisboa: Visor, 1997.

WILLMOTT, H. Theorizing contemporary control: some post-structuralist responses to some critical realist questions. **Organization**, v. 12, n. 5, p. 747-780, 2005.